



DESTAQUES DA IMPRENSA

A ENERGIA NUCLEAR É NOSSA

Guilherme A.M. Camargo

A energia nuclear tem-se tornado um dos temas mais polêmicos e apaixonantes de nossos tempos. No mundo inteiro a questão tem sido motivo de extensas discussões com a participação ativa de técnicos, cientistas, professores, ecologistas, enfim, representantes dos mais diversos segmentos e de classes sociais.

É evidente que o tema se revestiu de fortes conotações políticas, seja qual for a perspectiva em que o analisarmos.

No Brasil, entretanto, um amplo debate sobre a questão nuclear ainda não ocorreu. A omissão dos organismos governamentais em prestar contas à sociedade de sua política nuclear permitiu que a discussão do assunto ficasse restrita a um pequeno grupo de críticos e ecologistas, gerando profunda desinformação e desconfiança na população.

É preciso que se diga claramente que a energia nuclear é hoje, no Brasil, uma realidade da qual não podemos abrir mão.

Uma realidade que se traduz no tratamento radioterápico, amplamente difundido em dezenas de hospitais e de clínicas espalhados por todo o país. São os radioisótopos na agricultura, aprimorando a qualidade de nossas colheitas. São as aplicações na indústria e na medicina avançada, de que são exemplos, os tomógrafos, espec-

tômetros, cintilógrafos e outros equipamentos de alta tecnologia.

O Brasil é hoje um país com grandes deficiências energéticas. Cerca de 60 milhões de brasileiros — o equivalente a 42% dos domicílios recenseados — não dispõem de eletricidade em seus lares.

Energia nuclear representa, antes de tudo, desenvolvimento social. A energia elétrica que é gerada nas usinas nucleares significa água corrente, redes de esgoto, eletrodomésticos e luz elétrica — ou, em outras palavras —, higiene, saúde, lazer e informação.

O consumo médio de eletricidade no Brasil é de 1400 kW/hora/ano *per capita*. Este valor está abaixo da média mundial de consumo. É menor do que o consumo da Argentina, cerca de 2,5 vezes menor do que o da África do Sul, cinco vezes menor do que o da Austrália, oito vezes menor do que o dos Estados Unidos e mais de 11 menor do que o da Suécia, do Canadá e da Noruega.

Temos observado na atual campanha presidencial uma grande desinformação sobre o assunto, por parte da maioria dos candidatos. Existe também uma tendência a "ideologizar" a questão nuclear.

Isto nos parece um grande absurdo. Sabemos que os Estados Unidos têm mais

de 100 usinas nucleares em operação. Mas sabemos, também, que na França — de governo social-democrata — cerca de 70% de toda a eletricidade produzida são de origem nuclear.

A Aben trará ao Brasil, em novembro próximo, uma delegação de alto nível do setor nuclear soviético, para mostrar aos brasileiros, entre outras coisas, por que a URSS pretende produzir cerca de 30.000 MW em usinas nucleares nos próximos seis anos.

O povo e os políticos precisam saber o que é a energia nuclear, hoje, no Brasil.

Existem cerca de 250 empresas nacionais trabalhando diretamente em atividades nucleares. São mais de 20.000 profissionais altamente qualificados atuando no setor, entre engenheiros, físicos, médicos, cientistas, técnicos, professores etc. Temos cinco institutos de pesquisas nucleares em plena operação. Temos diversas universidades com programas de graduação e pós-graduação em engenharia nuclear. Dominamos as etapas principais do ciclo do combustível. Temos a 5ª maior reserva de urânio do mundo. Temos fábricas de usinas em operação. A nossa medicina nuclear é reconhecida internacionalmente.

Por outro lado, a energia nuclear tem demonstrado ser uma fonte energética segura e não-poluente. Apesar dos acidentes de Three Mile Island e Chernobyl, a ener-

gia nuclear é, comparativamente, mais segura do que a maioria dos outros energéticos.

Estudos abalizados comprovam esta afirmação.

Uma usina nuclear, em condições normais de operação, não libera gases nem efluentes líquidos para o meio ambiente. Os rejeitos nucleares são produzidos em quantidade infinitamente menor do que os milhares de toneladas de gases que são lançados diariamente na atmosfera pelas centrais a carvão e a petróleo — sendo que no primeiro caso os operadores têm total controle sobre o tratamento e a estocagem daqueles rejeitos.

A sociedade brasileira sempre foi muito sensível às grandes questões nacionais. Entrou para a nossa história a memorável campanha em defesa do petróleo na década de 40. Mais recentemente, estamos sabendo reagir às pressões internacionais com relação à Floresta Amazônica.

A energia nuclear é a fonte energética que mais cresce, atualmente, no mundo. A parcela de contribuição nuclear para toda a eletricidade, produzida a nível mundial, aumentou de 1,6%, em 1970, para 17%, em 1988, e continua crescendo.

O Brasil não pode renunciar ao desenvolvimento. Energia significa progresso. A energia nuclear é nossa, também.

(Artigo publicado no Jornal do Brasil, edição de 25 de outubro de 1989. Assina-o o Engenheiro Guilherme A.M. Camargo, presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear - ABEN).

A SAGA DA INDEPENDÊNCIA

Detive-me diante do monumento de Bolívar, numa das grandes avenidas de Nova Iorque. Lá estavam também San Martín e O'Higgins e o professor universitário que me acompanhava perguntou-

me quem fora o herói da Independência do Brasil. "Quando teremos aqui também uma estátua do general brasileiro que venceu a guerra da emancipação do país." Havia, no tempo, próximo da Biblioteca Pública, um

lugar reservado para o Brasil entre os próceres que lutaram e criaram as repúblicas no Novo Mundo. Não foi pequeno o espanto do meu interlocutor, quando lhe disse que possuímos não um general mas um Patriarca, e se um dia, o que mais tarde se verificou, tivéssemos de figurar ali, seria com um civil vestido com uma rabona, sem nenhum ar guerreiro, ainda menos marcial do que Washington.

Falei-lhe então de José Bonifácio de Andrada e Silva e mostrei-lhe as condições especiais em que se processou a conquista da Independência e a série de compromissos expressos ou subentendidos, de que se utilizaram os estadistas brasileiros para chegar à emancipação com o mínimo de luta armada, preferindo o jogo da habilidade, da malícia e da temporização aos grandes rasgos de heroísmo com sacrifício de sangue quem sabe também se com perda da unidade nacional. Fora da gloriosa batalha

de Genipapo em Campo Maior, no Piauí, onde morreram quinhentos brasileiros em combate com a aguerrida tropa do general português Fidié, tudo o mais foram episódios de resistência em que correu pouco sangue.

José Bonifácio, pela cultura e alto senso político, dirigiu os acontecimentos que levaram o Príncipe D. Pedro, obedecendo ao conselho do pai, a proclamar a Independência e a pôr a coroa na cabeça, antes que o fizesse algum aventureiro. Assim, fundouse uma monarquia que durou sessenta e sete anos. Portentosa obra de sabedoria política que assombrou os mais ilustres e afamados diplomatas da Europa, como por exemplo o austríaco Metternich, que a propósito fez este agudo comentário: "O Império do Brasil é uma república grega em que todos mandam." Tal como ainda hoje, todos mandam e ninguém obedece.

(Artigo publicado no Jornal do Comércio, edição de 7/8 de setembro de 1989. Assina-o Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras)

ARTIGO 5º NA TELA

O artigo 5º, inciso IX, da nova Constituição brasileira diz que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Do ponto de vista constitucional, é impossível falar mais claro: a censura acabou. Talvez por isso, como disse um dirigente brasileiro de televisão, a TV "pode perder a cabeça e partir para a loucura total".

Nunca como agora, dada a clareza da norma constitucional, a televisão se viu investida de uma responsabilidade a que não sabe corresponder. Alguns programas baixaram o nível a tal ponto, com palavrões sendo ditos com naturalidade ou cenas de sexo difundidas em horários impróprios,

sem falar na violência que é constante e intemporal, que é lícito perguntar se ela já não perdeu de vez a cabeça.

Fala-se muito em censura e autocensura, para confundir, de propósito, censura com padrão de comportamento sem o qual nenhum empreendimento público pode prosperar em ordem. Como a censura deixou de existir, o que está em causa é o padrão de comportamento. Esta discussão não é apenas brasileira: existe em todos os países onde existe televisão, dada a forma torrencial com que ela penetra nos lares, sem distinguir espécies de auditório.

Nos Estados Unidos existe uma lei federal proibindo pornografia e programas obscenos, o Communications Act, de 1934.

Mas as próprias emissoras têm seus códigos e eles são cumpridos com rigor. As três redes (ABC, CBS e NBC) proíbem beijos em que apareça a língua. Na NBC, as modelos têm de usar alguma peça sobre o corpo em comerciais de sutiãs. Piadas sobre drogas são vetadas na ABC. São apenas exemplos de como um meio de comunicação poderoso precisa se preocupar com detalhes, pois é a soma dos detalhes que determina o conjunto.

A televisão brasileira tornou padrão um tipo de liberalidade inimaginável até nos Estados Unidos, muito menos na Europa ou nos países sob total controle estatal. Bastam alguns minutos de programação para alguém pensar que a televisão aqui vive num eterno carnaval, com o desregramento dos costumes e o relaxamento da linguagem sendo elevados a norma comum. No entanto, mais de uma pesquisa mostrou nos últimos tempos que o telespectador brasileiro deseja ver programas sérios nos quais a realidade nacional e os assuntos políticos sejam discutidos de forma adulta nos noticiários, nas novelas, nos filmes, etc. Os próprios espectadores condenam os palavrões e os homens nus, o que de certa forma é uma condenação aos produtores de televisão e aos publicitários que pretendem empurrar pela goela do público qualquer produto ou história.

Algumas televisões se dispuseram a elaborar "códigos internos de ética" que duram o tempo de uma reunião de executivos. Nenhuma emissora conseguiu até agora formular seu próprio artigo 5º. De qualquer maneira, liberdade de expressão é, em si, um conceito formal. Sua existência será arquitetada por toda a comunidade no seu jogo de forças, dependendo não de censura ou de licença constitucional, mas dos tempos em que vivemos e do estado de espírito da comunidade. Fugir desta lógica é querer decretar por escrito a liberalização dos costumes assim como alguns políticos prometem acabar com a miséria por decreto.

A televisão brasileira, por falta de conteúdo e pela ilusão de que conquistará au-

diência com cenas de violência, baixo calão e sexo aviltado, transformou-se num contínuo clip, apimentado e desregrado, em que as imagens deixaram de se relacionar diretamente com o que está sendo dito, espelho de sua indigência conceitual. Tudo é muito rápido e muito violento. Ingressamos na era da banalização das imagens, do fascínio do *kitsch*, do falso moderno, da plasticidade fácil, deglutível, biodegradável.

Os programas de auditório são uma seqüência de quadros bobos, espécie de aperitivo (calibrado a palavrões impubescíveis) aos programas e aos filmes em que o mínimo destacável é a violência ritmada e a licenciosidade gratuita. Violência e sexo são itens utilizados em arte quando absolutamente necessários, para que o artista possa expressar sua compreensão da realidade. Na televisão, parte-se de uma realidade falsificada para atingir a violência a título de apelo comercial.

Um diretor de rede nacional comentou há pouco que "oitenta por cento dos pacotes que os americanos têm para vender são a mais pura violência", e com isso pretendia justificar a indigência nacional que embarca de olhos fechados em qualquer canoa. Em nome de pretensas leis de mercado capitalistas o público brasileiro é submetido a todo tipo de lixo internacional. E o que dizer dos bailes de carnaval, quando todos os limites da decência são ultrapassados para manter a qualquer preço a audiência?

O telejornalismo, espremido entre uma sandice e outra, escorrega na mesma velocidade dos clips: fala muito sobre as pessoas e pouco com as pessoas. Não passa de simulacro de alguma coisa que gostaria de ser. O grande momento do telejornalismo se dá quando a repórter pergunta à mãe em lágrimas que acabou de perder o filho: a senhora está sofrendo?!

Isso já estava de alguma forma previsto no tempo em que McLuhan era o papa da comunicação e dizia que o excessivo domínio de um meio de comunicação sobre os demais tende a impregnar o ambiente com

fluidos narcotizantes, tornando pessoas, grupos de pessoas e comunidades inteiras

insensíveis a outros tipos de signos e mensagens, isto é, à própria razão.

(Editorial do Jornal do Brasil, edição de 28 de outubro de 1989).

TUPI OR NOT TUPI

Uma pesquisa feita há um ano com alunos da 3.^a série do 2.^o grau em escolas do Rio (zonas Norte, Sul, Centro e Suburbana) constatou que sete em cada dez não conseguem distinguir *tem* (singular) de *têm* (plural), 60% usam aleatoriamente *a*, *há* e *à*; 20% escrevem Brasil com *z* e outros 10% com *b* minúsculo. Apareceram erros cabeludos como *cals* (em lugar de caos), *assesso*, *campionato*, *disvantagem*, *pirula* e tantos outros com uma insistência de causar preocupação, provando que os estudantes, a começar pelos da faixa de dezesseis aos dezoito anos, objetos da pesquisa, não lêem ou lêem pouco e, por isso, guiam-se pelo som das palavras na hora de escrever. Além disso, observa-se um completo desconhecimento das normas gramaticais, o que é uma deficiência deles mas aponta também para a responsabilidade dos professores.

Se os estudantes, que vivem por obrigação do ofício em contato compulsório com os livros, não estão lendo, imagine-se o que acontece por este Brasil a fora, onde o hábito de leitura e o hábito de falar corretamente são luxos a que poucos se dão. A maioria do povo brasileiro nem freqüenta a escola, apesar das tentativas teóricas de universalização do ensino de primeiro grau. Às vésperas de um novo vestibular, o país põe de novo a mão na consciência para sentir como são grandes os descaminhos na educação e na cultura.

No caso do ensino da língua portuguesa, começa-se pela verificação de que os estudantes escrevem mal e os professores saem despreparados das faculdades. Os

candidatos ao vestibular exercitam uma pseudocompetência baseada apenas na memorização de algumas regras, de alguns macetes. Fazendo o jogo da comédia do ensino brasileiro, ingressam nas universidades e são questionados durante todo o curso por sua incapacidade de estruturar uma frase. Entre os que ensinam há poucos também capazes de redigir um texto.

O fracasso do ensino da língua portuguesa é fenomenal, apesar da evolução das técnicas de ensino e das teorias lingüísticas. Como se explica que as crianças aprendam com facilidade e prazer a linguagem do computador, progredindo rapidamente nesse campo, mas bocejam nas aulas de português? Há uma impossibilidade de romper a barreira do ensino, um desencontro entre os brasileiros e seu idioma, uma incompatibilidade entre os leitores e os livros, que precisam ser atacados antes que seja tarde.

Dos poucos que lêem, a maioria consome *best-seller*, para "ver o que o pessoal anda lendo". Para os adolescentes, ler é *cajeta*, e pior do que ler é estudar. Entre os adultos se observa uma resistência ao autor nacional. Nas escolas, a obrigação de ler um autor clássico brasileiro é sofrida como um suplício de Tântalo. Os alunos de 1.^o grau não costumam ler um livro inteiro, e a eles são dados a ler apenas textos pequenos, crônicas, contos simples. Já nem se cogita de apresentar-lhes Fernando Pessoa ou Camões, até porque tal iniciativa exigiria dos professores um conhecimento literário que não têm.

Um diretor de colégio acaba de obser-

var que se um professor pedir a leitura de *Helena*, de Machado de Assis, para efeito de prova (mesmo considerando que *Helena* é um livro pequeno, açucarado, de leitura fácil), com certeza receberá abaixo-assinado de protesto dos alunos. Com o *Dom Casmurro*, livro mais complexo, a reação será mais forte. Dificilmente o aluno terá possibilidade de sentir o sabor daquela linguagem arcaica, redonda, perfeita, e continuará achando Machado "um chato de galocha".

A indústria editorial brasileira, tirando os livros didáticos, de venda sazonal e compulsória, sequer tem importância econômica. Buenos Aires, uma única capital, tem mais livrarias (quinhentas) do que todas as cidades brasileiras somadas (talvez quatrocentos e cinquenta). O consumo de livros no Brasil não chega a dois volumes anuais *per capita*, o que vem a ser uma quantidade irrisória comparando aos Estados Unidos, França ou Alemanha Ocidental, onde são consumidos de dez a doze livros por habitante a cada ano. Tal comparação dá a justa medida da tragédia da ignorância, da falta de leitura e das consequências que estas coisas provocam no imaginário brasileiro.

As poucas livrarias existentes, onde se vendem livros que apesar de não serem necessariamente caros, se comparados aos pa-

drões internacionais, estão de qualquer forma longe do alcance das bolsas da maioria dos brasileiros, estão concentradas nos bairros de maior poder aquisitivo das principais cidades, correspondendo a um imenso vazio na maioria dos municípios. Há cidades, portanto, onde Machado ainda nem assumiu a condição de "chato de galocha", simplesmente não é conhecido.

As bibliotecas, que deveriam preencher o vazio, são quase inexistentes. A falta de bibliotecas é o espelho do vácuo cultural de Norte a Sul, projetando negativamente a carência de livros, de ensino, de cultivo de um idioma que se cola ao nosso corpo como uma roupa maltrapilha. As bibliotecas existentes mal consomem 2% das tiragens, contra 10% ou 20% nos países desenvolvidos.

É o falar errado, capenga, tortuoso que se desprende de tudo isso, repercutindo, com algum ruído, mas sem nenhum conteúdo, idéias sedições em todos os campos, da ciência à política, do jornalismo à filosofia. A escola acabou sendo o estuário de toda esta imensa pobreza de conceitos que em última análise diz respeito à questão da identidade nacional. Oswald de Andrade resumiu com um trocadilho, *tupi or not tupi*, o dilema de ser ou não ser brasileiro, do ponto de vista cultural.

(Editorial do Jornal do Brasil, edição de 13 de novembro de 1989)

INDEPENDÊNCIA E COOPERAÇÃO MUNDIAL

Nada tem mudado tanto no conceito filosófico e político da atualidade quanto a idéia de independência e soberania dos povos, passando do seu sentido estrito para uma mais ampla concepção abrangente de valores espirituais e materiais que antes fechavam as portas à cooperação internacional, como imperativo da

sobrevivência e necessidade do intercâmbio comercial entre as nações.

O imperialismo gerado pelo poder dinástico da antiguidade, ou Roma e Alexandre Magno, como exemplos da história mais remota, e o imperialismo do século 19 nascido da industrialização tornaram-se, em ambas as formas, incompatíveis com a

evolução histórica operada neste nosso século.

Depois sobretudo das duas grandes guerras mundiais. Em lugar do domínio de uma superpotência, está se compondo um novo quadro em que predomina a formação de blocos econômicos, em competição nos negócios, mas tendendo cada vez mais à cooperação igualitária, às trocas mutuamente vantajosas, à liberdade de comércio com a supressão das barreiras do protecionismo, impeditivas do desenvolvimento, ou coatora dos mais pobres, num plano de injustiça do qual todos, ricos e pobres, procuram defender-se pela organização de blocos de afinidades de interesses e mútua compreensão de que separar é ir de encontro à história.

O Mercado Comum Europeu, a expansão antes ideológica e ora, depois da Perestroika de Mikhail Gorbachev, acionada por uma livre associação, o bloco americano-canadense e aqui deste nosso lado do hemisfério a tenaz política de colaboração econômica e política das repúblicas latino-americanas, de que o Brasil, impulsionado pela visão do presidente Sarney,

de que não há outra maneira de enfrentar as coalizões já criadas e em plena atividade, comprovam que o mundo marcha para um sistema de unificação que se revela e se impõe em outros campos, como a luta contra o narcotráfico, e tantas outras formações mafiosas, ou para a defesa da saúde como no caso da tímida AIDS, ou da ecologia, universalmente considerada como um direito e um dever a que todos se acham submetidos.

Ao celebrar hoje a data da nossa Independência política, vêm a talho essas considerações.

Não se pensa em suprimir direitos soberanos e sim em conciliá-los, pelo bem comum. Haverá sempre uma ponte de comunicabilidade, um motivo de associação, um laço de cultura, de crença religiosa, uma afinidade eletiva a cultivar.

A Humanidade é uma só e como tal cumpre-lhe viver em paz garantida pela liberdade.

Relembre-se aqui aquela visão, nada utópica, do Padre Teilhard de Chardin em sua Missa sobre o Mundo, com esta prece: "Senhor, fazei que sejamos um".

(Editorial do Jornal do Comércio, edição de 7/8 de setembro de 1989)

INTROMISSÃO NA AMAZÔNIA

Quando ingleses, franceses e espanhóis iniciaram a devastação da América do Norte deviam ter pensado que tudo era válido para dinamizar o comércio e aumentar o estoque de ouro e pedras preciosas nos cofres dos seus reis.

Outros países destruíram a África, e veja-se a miséria hoje em Moçambique ou na Etiópia.

Muitas ferrovias construídas no Brasil eram estrangeiras, e ainda hoje as grandes fábricas de poluição são multinacionais.

O Brasil lamenta as bombas atiradas sobre o Japão, a fortuna pulverizada por

URSS, EUA, França e outros países do Clube Atômico, mas nunca mandamos cantores com índios americanos combater a poluição.

Temos uma poderosa arma para redução da poluição dos automóveis, mas até hoje não exportamos gasolina com 25% de álcool, nem mesmo para os EUA, que são nossos maiores compradores de gasolina excedente, porque alguns imbecis aqui ainda não proibiram a montagem de motores diesel em camionetes, caminhões leves e ônibus urbanos.

Aqui também há divergências ridícu-

las como a discussão sobre se é a Embrapa ou o IBGE que devem planejar a ocupação da Amazônia. Ora, é lógico que esta é uma missão da Embrapa, a empresa estatal que mais fez até hoje pelo desenvolvimento da agropecuária nacional.

Mas falar, agitar o problema é sempre útil. Ainda agora o maior problema da Amazônia — a terra dos índios — recebeu uma ajuda com o Ministro Rubens Bayma Denys mandando liberar a verba de NCz\$ 150 mil para a tribo txucarramãe afastar-se das margens do Xingu próximas dos brancos. O Governo já delimitou 28 milhões de hectares este ano para índios. E nos EUA?

Herbert Levy, da *Gazeta Mercantil*, em 7 de julho, traduziu um artigo de eminente cientista americano, Timothy Egan, em que ele analisa a atual devastação florestal nos EUA: "As mais antigas e mais altas árvores do Mundo, nas florestas naturais que se estendem do Norte da Califórnia e vão até o Sul do Alasca, em terras públicas, estão sendo abatidas em proporções sem precedentes. O corte estimulado por profundas mudanças na indústria madeireira ameaça os últimos remanescentes de árvores antigas nos EUA, bem como os animais e pássaros que vivem nessas florestas desde tempos imemoriais..."

E como criticar a estrada que dará ao Brasil um porto no Pacífico, do Acre a Pucalipa no Peru? Parece que depois da posse do Sr. Sarney todos querem planejar a vida do Brasil.

As contradições são gritantes. Agora o jornal londrino *The Sunday Time* revelou que no nº 10 de Downing Street a Primeira-Ministra Margaret Thatcher está usando mogno brasileiro nas obras. E os ingleses são tão contrários à exploração da Amazônia!

Mas agora talvez deixem o Brasil cuidar de seu futuro em paz, porque o maior oceanógrafo do Mundo, Jacques Yves Cousteau, declarou em ótima reportagem

da *Manchete* de 15 de julho: "O pulmão do Mundo não é a Amazônia, mas o plâncton dos oceanos."

Num momento em que todos os ecologistas investem pesado contra a destruição da Floresta Amazônica, Cousteau assume a contramão deste processo de culpa do Brasil com a autoridade de quem conhece de perto o problema (numa de suas visitas à Amazônia ele foi ameaçado de morte; recebeu, através de um amigo assustado, o recado de que não sairia dali com vida caso insistisse em voltar). No último dia 27, em Bruxelas, onde recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Flamengo, o veterano ecologista negou que a Amazônia seja o pulmão do Mundo. Segundo ele, as maiores ameaças ao ecossistema terrestre são a diminuição da camada de ozônio, o aumento da temperatura ambiental e o excesso de gás carbônico na atmosfera. Para o comandante, a Amazônia deve ser preservada por outros motivos: a diversidade de sua flora e fauna tem entre cinco e seis milhões de espécimes que jamais foram classificados. O novo imortal francês é categórico: "Deve-se preservar a floresta de dentro", diz ele, lembrando que a preservação da Amazônia deve ser feita com uma estratégia precisa, evitando-se a importação e imposição de métodos e culturas alheios às tradições indígenas. Além de reduzir a importância das queimadas na Amazônia, o ecologista alerta para os perigos do buraco de ozônio e pede uma campanha em defesa da Antártida, para conter assim o aumento da temperatura terrestre.

No domingo passado, uma jornalista do Banco Mundial disse que o Proálcool deve ser desativado porque a Petrobrás pode importar petróleo a US\$ 8,25 o barril. Eu acho que tanto a Petrobrás como o Presidente Bush não sabem disso porque nem o petróleo explorado por ela custa tão baixo, nem o Presidente Bush estaria recomendando a produção de veículos a álcool.

(Artigo publicado no jornal O Globo, edição de 23 de julho de 1989. Assina-o o jornalista José Resende Peres)

OCUPAÇÃO DO SOLO, UM PROCESSO PREDATÓRIO

A estrutura fundiária do Brasil começa a se definir a partir das formas de ocupação do território. As áreas de colonização têm uma distribuição de terras mais equilibrada. É grande o número de proprietários de estabelecimentos rurais. Nas outras áreas predomina expressiva concentração de terras em poucas mãos.

No século XVI a ocupação se dá basicamente no litoral, voltada para atividades agrárias e de extração de madeira que era enviada ao exterior. A partir do século XVII, a ocupação começa a se interiorizar com o plantio de cana na Zona da Mata e a criação de gado, avançando pelo sertão nordestino. No Sudeste, a expansão da cana e do gado em São Paulo e as riquezas minerais em Goiás e Minas Gerais puxam as fronteiras para o interior.

Começa neste período a extração vegetal na Região Amazônica, através dos principais rios. No século XVIII se acentua o deslocamento para o interior, levado pela atividade extrativa mineral (ouro), principalmente na Região Sudeste. Surgem os núcleos urbanos isolados nas áreas de localização das jazidas. Quando há o esgotamento das minas, as povoações se dispersam e ganha força a criação de gado em Goiás, oeste de Minas Gerais e São Paulo.

No século XIX, a ocupação toma novas formas, acompanhando as lavouras de café no vale do Paraíba, serra da Mantiqueira e serra do Mar em direção a São Paulo. Ao mesmo tempo, consolida-se no Sul a colonização européia. Alemães e poloneses abrem frentes em Santa Catarina, encontrando-se com a frente colonizadora que já subia do Rio Grande do Sul. No Espírito Santo, em Goiás e em Mato Grosso do Sul a tarefa é conduzida, principalmente, por portugueses e italianos.

Já no século XX, a década de 40 se

destaca com o objetivo de levar o povoamento para o Oeste o que culmina com a transferência, em 1960, da capital federal para o Planalto Central. Brasília se torna, então, pólo atrativo e difusor de rodovias. Até a década de 40, o Sudeste concentrava 44% da população; o Nordeste, 35%; o Sul, 13,9%; e o Norte e Centro-Oeste, 6,5%.

Na década de 50, o crescimento populacional mostra o avanço ainda intenso da ocupação no Paraná, Nordeste e Centro-Oeste.

A década de 70 é marcada por forte crescimento populacional na Região Norte (63%). A maior frente de expansão se verifica em Rondônia, com um crescimento de 343%.

A migração interna no Brasil se acentua nas duas últimas décadas, vinculadas, principalmente, à formação do mercado nacional de trabalho. Direciona-se para o sudeste, formando áreas de grande concentração urbana. No censo de 1980, São Paulo tinha 56% de sua população composta por migrantes, e o Rio de Janeiro, 42%; Rondônia, 68%; e o norte de Mato Grosso, 72%. Contribuem para os movimentos migratórios a modernização da agricultura, que dispensa mão-de-obra, e a estagnação econômica do Nordeste e áreas do Sudeste.

As únicas características permanentes no intenso fluxo migratório brasileiro são a ausência de infra-estrutura que acompanhe o processo de crescimento e modernização da sociedade, a falta de planejamento para que o progresso sirva como elemento distribuidor (e não concentrador) de riquezas e a despreocupação absoluta com os aspectos predatórios da natureza. A oitava economia do mundo parece ser a última, em termos de qualidade de vida e preservação do meio ambiente.

(Editorial do Jornal do Comércio, edição de 23/24 de julho de 1989)

COM A RESPOSTA DE FLORIANO

Mortificam-se os brasileiros com a idéia de que o nosso país está sendo mal visto e caluniado, por mil pretextos e não menor número de invenções, com prioridade para a sensibilidade ecológica do resto do mundo. Já agora está sendo contestada por cientistas especializados no assunto a estória de que as florestas amazônicas são o pulmão do mundo, por ele respira a humanidade dos mais distantes países, e se continuarmos a desmatar a região nos mais de cinco milhões de quilômetros quadrados que nos pertencem no Grande Vale haverá uma hecatombe universal pior do que o dilúvio, quando Noé e sua família por nímia bondade de Deus ainda conseguiram salvar-se na Arca, enquanto que faltando o oxigênio gerado na Amazônia, nada escapará, nenhum ser vivo, fauna e flora condenados ao perpétuo e irreversível desaparecimento. Assim falam os ecologistas, formados em partidos políticos, pompeando, doutorais, nas folhas da imprensa, nas exibições televisivadas, nas ondas de Hertz, como nunca antes se viu, como se de repente não houvesse outro assunto, numa incrível concentração de fogo, de que o Brasil, pobres de nós, é o alvo preferido.

Um japonês, vindo do outro lado da Terra, Shiguenoli Miyamoto, em artigo pu-

blicado no primeiro número da revista "Nossa América", estuda o assunto de maneira minuciosa e sensata. "Um planejamento democrático para a Amazônia não exclui a cooperação internacional, desde que respeitada a autonomia da região." Parte o comentário nipônico da reação, com certo tom indignado, do presidente José Sarney, em defesa da soberania brasileira, e o jornalista pergunta se é lícito ou aceitável a ingerência estranha em seus assuntos internos. É claro que não. Pois soberania não se aliena nem compartilha, garantida a sua indivisibilidade.

Cooperação, sem pensamento oculto, houve sempre e jamais o Brasil recusou passe livre aos viajantes, homens de ciência, cujos serviços reconhecemos sempre com acatamento e gratidão. Tutela alienígena, imposta com arrogância, em tom de ameaça, acaba sendo repelida com a famosa resposta de Floriano Peixoto, quando lhe foi perguntado por um diplomata como receberia a descida de tropas em território brasileiro para garantir a vida e bens dos súditos ou cidadãos durante a revolta da Esquadra: "À bala". Palavra que ficou na história como um impulso do pundonor com que saberemos defender sempre a soberania do país. Experiência trágica para o atrevimento de quem tentasse fazê-la.

(Artigo publicado no Jornal do Comércio de 25 de julho de 1989. Assina-o Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras)

O FUNDADOR DA REPÚBLICA

Há cem anos o povo brasileiro espera pelo prometido Panteão Nacional, que guardaria os despojos de Benjamim Constant Botelho de Magalhães e

que seria erigido na Praça da República, no mesmo sítio onde Deodoro deu o grito de Viva a República, em 1889.

A Pátria amada esqueceu o velho pro-

fessor de Matemática, embora tenha entrado para a História como o Fundador da República Brasileira.

O monumento, na verdade, é este Mausoléu onde repousam os despojos do grande brasileiro, que, dentro de uma invulgar modéstia, educou uma geração de militares na Escola Positivista do filósofo francês Augusto Comte, que exerceu poderosa influência no início do regime republicano.

Com a morte da inspiradora de Comte, Clotilde de Vaux, em 1845, Comte imprimiu novos rumos ao positivismo, pregando-o como a religião da Humanidade.

Homem pobre, sempre injustiçado, enfrentou poderosos, viveu entre livros e o carinho da jovem oficialidade do Exército, do qual era líder incontestável.

Seu mundo era a família, a luta contra a escravidão e a instalação da República, exercendo o magistério como um verdadeiro sacerdócio.

Na guerra do Paraguai juntou-se ao Primeiro Corpo do Exército em operações, construindo pontes, estradas e trincheiras, abrindo caminho para o Exército de Caxias, bastando citar a sua participação nas Batalhas de Tuiuti, Corrientes e Itabiro, onde cuidou dos depósitos bélicos e contraiu grave moléstia, sendo obrigado a abandonar a luta.

(Artigo publicado no Jornal do Comércio de 18 de outubro de 1989. Assina-o Dahas Zarur, advogado membro do IAB e escritor).

LIÇÕES PARA O FUTURO

“No período de 1960 a 1980, enquanto caía a porção da renda ganha pelos mais pobres, aumentava a fração recebida pelos mais ricos.”

A década dos oitenta no Brasil, e de resto na América Latina em geral, está sendo chamada de “década perdida”, já que não se avançou nada em ter-

Enquanto o Brasil esqueceu o Panteão de Benjamim Constant, proposto pelo próprio Governo Provisório do Generalíssimo Deodoro da Fonseca, do qual fez parte como Ministro da Guerra, o Paraguai homenageou a memória do ilustre brasileiro, dando seu nome a uma das principais ruas de Assunção.

Ao fechar os olhos, em 22 de janeiro de 1891, viu que o Brasil consolidara a República, porém sua religião da Humanidade era destroçada num choque de idéias.

Homens como Benjamim Constant não precisam de Panteão, nem de Medalhas Comemorativas, pois vivem no coração dos brasileiros, no Altar da Pátria.

Lembro um pensamento de Siqueira Campos, um dos heróis dos 18 do Forte: “À Pátria tudo se deve dar e nada pedir.”

Benjamim Constant deu tudo à Pátria, nada pediu e só recebeu injustiças clamorosas, preterido várias vezes em concurso de matemática.

Mas a Pátria é eternamente agradecida e, diante do seu modesto Mausoléu no Cemitério São João Batista, reverencia, neste momento, a memória do Fundador da República Brasileira.

Inconfundível Brasileiro Benjamim Constant, aqui estão crianças, o futuro do Brasil, que dirão: “Benjamim Constant! Presente!”

mos de resolução de vários problemas estruturais do país, entre os quais estão as dívidas externa, interna e, especialmente, a social. Ademais, se considerarmos o PIB per

capita como indicador de qualidade de vida, iremos constatar que, no Brasil, estamos exatamente nos mesmos níveis do ano de 1980.

O propósito deste breve artigo é refletir sobre alguns resultados obtidos no passado, em termos de crescimento econômico e combate à pobreza, na expectativa de que tenhamos algumas respostas sobre o que será preciso fazer no futuro para evitar a repetição do presente.

No período 1960-1980 o Brasil logrou um extraordinário crescimento econômico, registrando, só na década de setenta, um incremento da renda real *per capita* em torno de 80%. Quais foram, entretanto, as conseqüências de tão notável façanha?

Do ponto de vista da distribuição relativa dos frutos desse crescimento, o resultado foi o pior possível, visto que uma pequena parcela da população apropriou a maior parte da renda gerada no período, em detrimento da grande maioria da sociedade. Daí ter-se rotulado de "excludente e concentrador" o modelo que deu sustentáculo à ocorrência dessa disparidade. As duas primeiras linhas do quadro ilustram bem o que aconteceu de 1960 a 1980: enquanto caía a porção da renda ganha pelos mais pobres, aumentava a fração recebida pelos mais ricos.

De outra parte, se olharmos o processo pelo ângulo da pobreza absoluta, vamos constatar que houve, nesse mesmo lapso de tempo, um expressivo declínio na incidência da pobreza (terceira linha do quadro), tendo a porcentagem de pessoas pobres, aquelas cuja renda não alcançava 0,8847 salários mínimos mensais, caído de 41,4% para 24,4%, o que corresponde a um decréscimo de 41% (resultado quase que totalmente devido à década de setenta). Observe-se, ainda, pelos dados da última linha do quadro, que a renda real média dos pobres cresceu em cerca de 20% no período sob análise.

Ao adentrarmos a década de oitenta, década do não-crescimento, os resultados são frustrantes em todos os aspectos. Continuou aumentando o fosso relativo entre

ricos e pobres, e nem mesmo o sopro redistributivo do Plano Cruzado teve aí alguma conseqüência ponderável. A pobreza absoluta, por sua vez, aumenta tremendamente no ciclo recessivo, a ponto de atingir, em 1983, o pior resultado de todo o período histórico do quadro. Esse indicador chega a decrescer no Plano Cruzado, mas não tanto que consiga retornar aos números do início da década e, de novo, retoma a trajetória ascendente em 1987, com um índice um pouco melhor do que tínhamos nos anos setenta. Por seu turno, a renda dos pobres decresce com a recessão e atinge seu pico mais alto no Plano Cruzado, porém, já em 1987, registra o menor valor de toda a série mostrada no quadro.

Em resumo, os períodos de crescimento econômico (décadas de sessenta e setenta) diminuem a pobreza absoluta e aumentam a renda real dos pobres, muito embora possam piorar as disparidades de renda entre as camadas pobres e ricas. Períodos de não-crescimento econômico (década de oitenta) aumentam a pobreza absoluta e diminuem a renda real dos pobres e, ainda, pioram o quadro relativo de distribuição de renda.

Conclusão óbvia: o crescimento econômico, não obstante excludente e concentrador, é, além de indispensável, melhor do que não-crescimento, em termos de combate à pobreza. Mas por que o crescimento tem que ser necessariamente excludente e concentrador? Não está aí o exemplo dos "Tigres asiáticos" a mostrar que é perfeitamente possível compatibilizar crescimento com distribuição?

O que se precisa, na realidade, é considerar o crescimento econômico não como um objetivo em si mesmo mas como variável instrumental, que possa impactar sobre o alvo central, que é reduzir a pobreza e melhorar o espectro distributivo de renda. Quer dizer, é incluir o crescimento econômico em uma estratégia global de desenvolvimento com justiça social. Mas para isso temos que, inicialmente, superar a atual crise conjuntural, o que deve ser feito com

